

APRESENTAÇÃO DA COLETÂNEA: POLÍTICAS E PRÁTICAS EM AVALIAÇÃO EDUCACIONAL¹

Reunimos, nos dois volumes deste e-book, reflexões dos pesquisadores da **Red Latinoamericana de Investigación em Evaluación – RELIEVA**; esta rede foi criada no ano de 2016, na cidade de Santiago no Chile, com o objetivo de se contrapor às propostas hegemônicas de avaliação externa atualmente promovidas nos países da América Latina. Fazem parte da **RELIEVA** pesquisadores de universidades do Brasil, Colômbia, Chile, México, Venezuela e Argentina. O Brasil é representado por professores de diversas universidades, como Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Universidade Federal de Juiz de Fora e do Centro de Educação Tecnológica (CEFET) – Rio de Janeiro.

A presente coletânea apresenta-se em dois volumes que são compostos por artigos que tratam da problemática geral que envolve a Avaliação Educacional com um viés analítico crítico, ao mesmo tempo em que apresentam propostas para mudanças e inovações no que diz respeito não só a política de avaliação bem como em algumas práticas avaliativas.

As políticas educacionais, as práticas educativas e os discursos sobre avaliação das últimas décadas quase que no mundo todo e também quase sem exceção, baseiam-se em retóricas férteis em *slogans* como eficiência, eficácia, excelência, flexibilidade, focalização, performance, resultados, medição, rendimento, competência, qualidade dentre outros. Como se cada um desses *slogans* carregasse significação em si, descolados da materialidade na qual são postos em prática, quer seja pelas ações estatais, quer seja por ações particulares e atomizadas. Tais retóricas, segundo Evangelista (2014) “expressam não apenas diretrizes para a educação, mas articulam interesses, projetam políticas, produzem intervenções sociais”.

A avaliação educacional realizada assim, por meio de testes padronizados em larga escala, feitos sem a participação das escolas, consubstanciada na lógica da racionalidade econômica, se mostra como um importante mecanismo de controle social, por determinar os padrões mínimos de eficiência educacional “capazes” de incrementar a produtividade dos pobres, dotando-os de *empoderamento*, mesmo que essa produtividade, que esse *empoderamento* seja uma produtividade em potencial, ou seja, quase sem possibilidade de aplicação.

Para o Banco Mundial, organismo que tem lançado mão por diversas vezes do termo: “o *empoderamento* e o direito de expressão das pessoas são fundamentais para o desenvolvimento” se encaixam no processo de assistência aos países de baixa

¹ Publicado originalmente em forma de Dossiê na revista Educere et Educare Vol. 15, N. 35 (2020). Dossiê: Políticas e Práticas em Avaliação Educacional. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/issue/view/Dossi%C3%AA%3A%20Pol%C3%ADticas%20e%20Pr%C3%A1ticas%20em%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20Educacional>

renda no rol de estratégias para a redução da pobreza. Na acepção do Banco na cooperação para o desenvolvimento, o termo é utilizado para designar um processo contínuo que fortalece a autoconfiança dos grupos populacionais desfavorecidos, os capacita para a articulação de seus interesses e para a participação na comunidade e que lhes facilita o acesso aos recursos disponíveis e o controle sobre estes, a fim de que possam levar uma vida autodeterminada e autorresponsável e participar no processo político (BANCO MUNDIAL, 2004).

É assim que de forma recorrente as políticas de avaliação educacional que se projetam a partir dos anos de 1990, tomam a eficácia como o grande critério de qualidade a ser perseguido pela escola e por seus professores e alunos, mensurada, sobretudo, pela conquista de escores e de metas em seu aspecto restritivamente quantitativo. A predileção governamental por eficácia, uma vez que assumida como a mais relevante das ações educativas, restrita apenas aos resultados, que uma vez considerados de forma descolada do processo escolar, podem gerar apreensões deficientes do que realmente acontece nas escolas.

Também é marca indelével desse período, quase em toda a América Latina a materialização de um processo de privatização que não opera pela transferência de espaços públicos para o *lócus* privado, mas sim altera e introduz nesses espaços a lógica gerencial como forma exitosa de condução e gestão política.

Esse traço alinha-se com o processo vivenciado por muitos países no âmbito da contrarreformulação do papel do Estado, que tido como ineficiente, passa a requerer de forma cada vez mais incisiva a interferência externa no ditame da lógica mercadológica, como forma de aquisição de êxito e eficiência.

O espectro da reforma estatal invade também o campo educacional materializando-se na Reforma da Educação, propondo e impondo mudanças que não se circunscrevem apenas ao aporte político, mas também interferem nas práticas educacionais.

A presença cada vez mais marcante do viés economicista cunhou um entendimento de educação eficiente como aquela capaz de fazer mais com menos e de forma cada vez mais autônoma no que diz respeito ao aporte do Estado. Num quadro que não só altera a logística que deveria perpassar a manutenção da escola, bem como de cada um dos espaços públicos, o que se tem em vista é a materialização de um processo de otimização de custos sem levar em conta os danos colaterais desse movimento no processo social mais amplo que envolve a educação.

Esse movimento consagra uma determinada definição de qualidade cada vez mais distante da noção de qualidade socialmente referenciada, que pode ser traduzida na apropriação por parte dos alunos dos conhecimentos científicos produzidos historicamente pela humanidade e apropriados de forma cada vez mais privada. A qualidade que se tem em tela é a que pode ser mensurada de forma externa e apresentada estatisticamente na frieza dos números atomizados das questões sociais.

Assim sendo, muitos aspectos que interferem na aprendizagem são desconsiderados, como por exemplo, as condições materiais das escolas, de seus docentes e

alunos. Tais elementos não contam no quadro dessas políticas que dedicam atenção maior às ferramentas para mensurar o rendimento dos alunos, o próprio rendimento focalizado obtido por alunos e escolas nesses testes, restando desconsiderado se de fato está havendo aprendizado por parte desses alunos.

Neste Dossiê, problematizamos a política de avaliação da Educação Básica na América Latina, conscientes de suas eventuais diferenças, ora enfatizando o que há de comum, ora o intrínseco na definição, implantação e implementações dessas ações, quer se deem no âmbito oficial ou em ações particulares e/ou coletivas. Intentamos apresentar e discutir as contradições das medidas adotadas nas últimas duas décadas por cada um dos países que compõem a RELIEVA e os interesses a eles atinentes.

Os capítulos aqui reunidos, não apenas discutem e expõem as dimensões pedagógicas e práticas da política de avaliação educacional, como também as formas de avaliar, nas diversas expressões que encerram processos de mudanças ou de permanências no campo avaliativo latino-americano.

A política de avaliação é tratada como política pública, dizendo respeito a avaliação no bojo das reformas estatais e educacionais contemporâneas induzidas por organizações multilaterais, organismos internacionais, orientadas por grupos empresariais, organizações não-governamentais e viabilizadas pelo Estado.

A avaliação no seu sentido geral, e suas condicionantes nas práticas educativas, são consideradas como políticas públicas, formam parte de um conjunto de ações políticas e práticas caracterizadas por materializar uma determinada forma de controle estatal. Esse controle extrapola o aspecto fomentador atingindo também os aspectos cognitivos e socioemocionais próprios do trabalho da escola.

No que tange à concepção de Estado, compartilhamos do entendimento de que o mesmo não se constitui como um ente, acima das classes sociais, mas sim por seu caráter processual e contraditório, modulando-se conforme a correlação de forças em presença e das disputas que se travam na base da sociedade. Dada à impossibilidade de eliminá-las numa sociedade de classes, o Estado as absorve no plano formal, e tenta dirimi-las no campo das políticas, ao mesmo tempo em que atua pela conservação da base material que reproduz a desigualdade social, marca indelével da sociedade regida pelo capital.

As políticas públicas do Estado capitalista, em grande medida responsáveis pela manutenção do *status quo*, assumem muitas vezes a feição de políticas sociais. Assim, as ações do Estado caracterizam-se por um duplo papel, ao mesmo tempo em que atendem aos interesses do capital, também produzem um determinado tipo de resposta aos reclames da sociedade, operando uma gerência do social. Não é diferente com relação às avaliações, ao mesmo tempo em que servem de coadjuvantes da manutenção das desigualdades, quer sejam técnicas ou materiais, consubstanciam-se em importantes ferramentas de controle estatal.

A partir da concepção de Estado como normatizador de boa parte das condições de produção e reprodução dessa sociedade desigual, analisamos a avaliação da Educação Básica e as práticas educativas ínsitas às mesmas na América Latina nas últimas décadas, partindo da compreensão de que tais implementações

neste campo não podem ser analisadas desvinculadas do caráter que assumem como componentes da totalidade de implantação de políticas públicas que respondem de forma mais ou menos direta a interesses nacionais e transnacionais, em detrimento aos primeiros.

Como já dissemos, essa Coletânea está dividida em dois volumes: Políticas em Avaliação Educacional e Práticas em Avaliação Educacional.

O primeiro volume reúne nove artigos que tratam das políticas de avaliação no Brasil e em países da América Latina, problematizando, dentre outras questões, as orientações e os interesses que marcam tais políticas.

O segundo volume da Coletânea reúne cinco artigos que tratam de práticas e de possibilidades de avaliação hegemônicas e não hegemônicas também no Brasil e em países da América Latina.

Convidamos a todos para a leitura, para o debate que as políticas educacionais, as práticas educativas e os discursos sobre avaliação das últimas décadas possam provocar.

João Batista Zanardini
Isaura Monica Souza Zanardini
Maura Amarante Pesce
Roberto Antonio Deitos
(Organizadores.)

1. Referências

BANCO MUNDIAL. **Um Brasil mais justo, sustentável e competitivo**: Estratégia de Assistência ao País 2004-2007. Banco Mundial. Estados Unidos da América, 2004.

EVANGELISTA, Olinda (2014). **O que revelam os slogans da política educacional**. Araraquara. São Paulo: Junqueira & Marin.